

Aos três dias de agosto de 2008, teve início às 10:15 horas,
a reunião ordinária da UMNA no colégio João Lyra Filho,
na Avenida Dom Helder Câmara, 9503
Quintino – RJ.

Tendo a seguinte PAUTA:

- 1) uma leitura da ata anterior.
- 2) informes gerais.

O presidente ao abrir os trabalhos pediu que fosse feita a leitura da ata anterior a qual foi aprovada. Dada a palavra a D'ornellas, que falou da seção pública para discutir a tortura no Brasil e a possibilidade de punir os torturadores que segundo ele, é reflexo de uma situação geral; falou no aprofundamento da crise internacional que tem reflexo também em nosso país; e que, o governo LULA significou uma enorme esperança para os brasileiros, de uma política mais voltada para os trabalhadores, os desempregados, os desassistidos, os excluídos, enfim; evidentemente o governo buscou atender a gregos e troianos, ou seja, aos necessitados e aos banqueiros também; nesse contexto, o governo se vê na contingência de reduzir os investimentos em algumas áreas, claro, aí entra a demanda dos anistiados que querem receber, é um

direito que cada um têm; o trabalhador do bolsa família também quer; o próprio LULA falou, é agora que os trabalhadores tem que reivindicar melhores salários, já que as montadoras estão faturando muito alto e na hora que a crise chegar, as montadoras vão parar de montar e aí o trabalhador vai ser desempregado. Com o problema do caixa do governo, os anistiados são obrigados a negociar; agora mesmo com o termo de adesão e com a suspensão dos pagamentos.

O governo norte-americano influi através da mídia e dos seus serviços para desgastar o próprio governo brasileiro; falou numa diversidade de coisas que interfere nas políticas interna e externa do nosso país. Disse que, alguns juristas, inclusive, uma de São Paulo, foram espetaculares; provou por A+B que o crime de tortura é imprescritível e não poderia ser perdoado pela lei de anistia; já que, existia na época o código penal que não foi considerado; e o Brasil assinou tratados internacionais a muitos anos atrás; obviamente que a lei de anistia de 1979, foi editada numa época em que a ditadura militar tinha toda força; em 1985 com a emenda 26, que foi para melhorar a lei anterior, e depois de 2002 com a 10.559, já em um outro momento da história do Brasil, a anistia vem assim por etapas; Não adianta dizer que a anistia de 1979 foi errada . não foi errada. Foi o que deu pra fazer naquele momento, dada a

relação de força entre anistiado e a ditadura militar. Nós temos que entender essas coisas; depois de 1985, deu para melhorar um pouco mais; pois já tinha um congresso e os exilados voltaram; depois da constituição de 1988, a gente consegue em 2002 legislar. Essas etapas da história nós estamos acompanhando, porque nós fazemos parte disso e não conseguimos nos separar.

"ah! Eu vou para a praia e vou me esconder."

Não adianta. Nós somos *intrinsecamente* ligados à história do Brasil, nós lutamos por um País justo, fraterno, digno e soberano. Seria uma vergonha suprema os anistiados que lutaram, dizer:

"tchau, não quero mais saber disso."

Não pode, a história nos colocou nisso e nós vamos ter que viver até o fim dos nossos dias. Foi com grande satisfação, eu constatar que, aqueles juristas e pessoas que participaram das várias mesas na audiência pública, já têm uma noção de que País eles querem; e não querem País de tortura, não querem um País policial, não querem esse País repressivo!

Um País que discuta os problemas a luz dos interesses da coletividade; a nossa demanda está sendo atendida; Ah! Não está cem por cento; mas está 70% ou 50%, alguma coisa está! Para ser mais completa, é preciso que o governo do nosso País e as entidades sociais, as chamadas forças de todo o processo de discussão, tomem uma posição comum.

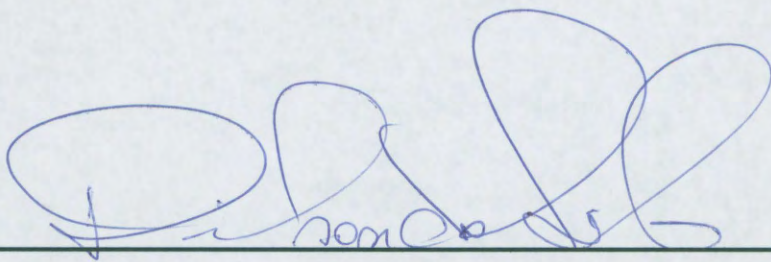
É o que estamos buscando. Eu entendo que a iniciativa do Ministério da Justiça foi forçada pelas circunstâncias; aparentemente é uma demanda justa, mas se você for buscar direitinho, verá que têm uma "casca de banana" lá dentro; então é preciso clarear as negociações, clarear as reivindicações a luz de um entendimento que tenha por fim o conclusivo, a satisfação coletiva de todo o povo brasileiro.

Professor Arildo disse que iria parodiar seu amigo Cristovão que só fala de educação; e eu vou falar de educação. Aqui na escola acontecem até reuniões políticas e eu compareço por que sou democrata; aqui se faz educação, aqui a gente aprende, cada um fala do que entende e do que sabe; e a gente vai aumentando o nosso cabedal de conhecimento; D'ornellas tocou num ponto que eu iria tocar, que é o número reduzido de pessoas; cada dia a menos. E por que eu falo a mesma coisa? quem sabe se alguém aqui não pensou em não vir hoje?

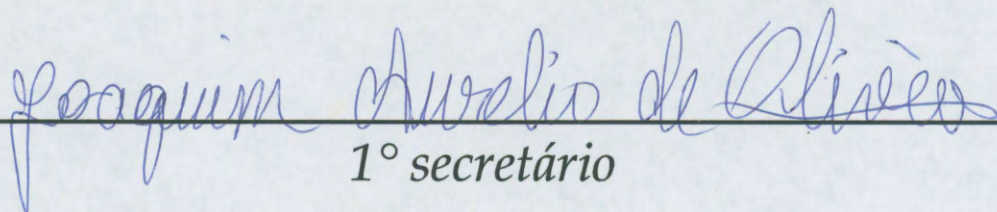
Mas lembrou-se de que aqui a gente se junta e acaba sabendo o que esta acontecendo no País e no Mundo. Ele disse que a gente não pode botar o dinheiro no bolso e depois ir para a "praia". Mas é o que está acontecendo; É importante que a gente discuta o município, o estado, o País, o Mundo; eu pensei que o D'ornellas não iria tocar nas eleições dos Estados Unidos, e aí ? eu tenho raiva do americano; mas eu sou obrigado a escutar; eu

também tinha raiva do Lacerda, mas não perdia um discurso dele já que, eu aprendia um monte de coisas, até a ser irônico; Num discurso do Lacerda, a Ivete Vargas pediu um aparte e o Lacerda tergiversou; e aí ela insistiu; ele disse que não ia deixá-la falar, mas pelo menos eu quero dizer; o seu discurso é purgante; e ele disse me desculpe, mais a sua fala agora é o efeito. Joaquim elogiou o discurso do D'ornellas e do professor Arildo, dizendo que ele também têm casa na Região dos Lagos, mas está sempre aqui cumprindo a missões da entidade; falou sobre Amadeu Rocha, do discurso do D'ornellas que tem companheiros que o acham chato, mas que melhora o nível de consciência política de todos. Falou da soberania na venda dos aviões brasileiros pro Chaves, e que foi embarreirada pelos Estados Unidos; falou da palestra da UFF sobre defesa nacional. Wanderley falou sobre a devolução do termo de adesão; disse pra ninguém entrar com mandato de segurança, já que ele conheceu oito fragatas através do mandato de segurança e que seis anos depois voltaram a sub-oficiais; o que cabe agora é uma negociação e não advogado.

Em virtude da ata estar longa deixaram de ter seus discursos contemplados, os seguintes companheiros: Alípio, Benedito e Bandeira; e em segunda oportunidade Joaquim, Wanderley e D'ornellas. Não havendo nada mais a tratar, eu Joaquim Aurélio de Oliveira, 1º secretário, lavrei a presente ata às 12:50 horas, a qual será assinada por mim e o Presidente.



Presidente



1º secretário